

**MULTICULTURALISMO:  
MULTIPLAS CULTURAS NA SALA DE AULA**

Maria Cecília Marins de Oliveira<sup>1</sup>  
Victor Hugo Baluta<sup>2</sup>  
Janaína Aparecida Andrade<sup>3</sup>  
Jeovana Aparecida Andrade<sup>4</sup>

**RESUMO:** A pesquisa objetiva analisar como o Multiculturalismo influencia e contribui para a Educação, tendo em vista a importância da aceitação de pessoas de ambientes culturais diversos, considerando a nossa convivência em uma sociedade preconceituosa e hierárquica, em seus modos de pensar e agir. Movimentos sociais e mídia promovem liberdades e, ao mesmo tempo, apontam diferenças e falta de fronteiras nos relacionamentos sociais. Neste século XXI, a globalização aproxima indivíduos, através dos processos de interdependência das economias, embora não propicie a aproximação e a aceitação social entre todos. As manifestações preconceituosas e de exclusão, na contemporaneidade, estão implícitas na incapacidade de romper com as desigualdades econômicas e com as relações de exploração próprias da sociedade capitalista atual, que impõem distância entre os cidadãos a partir de suas vulnerabilidades financeiras ou não. Acredita-se ser necessário desmistificar a existência de “padrões certos” ou “errados”, ser “ecclético” ou “na moda”, conforme a mídia atual, bem como eliminar o pré-conceito, o egoísmo e as desigualdades sociais e econômicas, que atingem o ser humano independente de cor ou etnia. Ao longo das gerações desenvolveu-se um conceito que classifica o Brasil como “país do multiculturalismo”, embora se perceba que a educação de crianças e jovens descuida-se da ética ‘de ser e estar no mundo’, reproduzindo desigualdades e problemas no sistema de educação, uma vez que não basta conviver com a diferença, mas, sim, aprender a respeitar as diferenças culturais.

**PALAVRAS – CHAVE:** Multiculturalismo, Educação Multicultural, Cultura.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação/FEUSP, Mestre em História do Brasil/UFPR. Professora, pesquisadora e coordenadora do Grupo de Pesquisa dos Cursos de Pedagogia e Direito, da Faculdade Cenequista de Campo Largo/FACECLA, Paraná. Líder do Grupo de Pesquisa Direito e Educação do Centro Universitário Campos de Andrade/UNIANDRADE.

<sup>2</sup> Bacharel em Direito, pela Faculdade Cenequista de Campo Largo (FACECLA), Advogado, Especialista em Direito Educacional, e-mail [victor\\_baluta@yahoo.com.br](mailto:victor_baluta@yahoo.com.br).

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia.

<sup>4</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia.

**ABSTRACT:** The research aims to analyze how multiculturalism influences and contributes to education, in view of the importance of accepting people from different cultural environments, considering our acquaintanceship in a prejudiced society and hierarchical in their way of thinking and acting. Social and media movements promotes freedom and, at the same time, shows differences and lack of boundaries in social relationships. At 21st twenty-first century, globalization approach individuals, through processes of economies' interdependence, while not conducive to social approaching and acceptance among all. Nowadays, the signs of prejudice and exclusion are implicit in the inability to break with the economic inequalities and the relations of exploitation characteristic of modern capitalist society, that imposes distance between the citizens from their financial vulnerabilities or not. It is believed to be necessary to demystify the existence of "correct standards" or "wrong", being "eclectic" or "trendy", according to the current media market, as well as to eliminate the pre-concept, selfishness, social and economic inequalities, which affect human beings regardless of color or ethnicity. Over the generations, a concept were developed that classifies Brazil as "country of multiculturalism", although it is realize that the education of children and youth to neglects to ethics 'of being in the world', reproducing inequalities and problems in the education system, since it is not enough to live with difference, but rather learn to respect cultural differences.

**KEY - WORDS:** Multiculturalism, Multicultural Education, Culture.

## 1 Introdução

Falar de multiculturalismo é falar do manejo da diferença nas sociedades. No entanto, isto é ainda pouco para definir as implicações do termo. Multiculturalismo é um termo que descreve a existência de muitas culturas numa localidade, cidade ou país, sem que uma delas predomine, porém separadas geograficamente e até pela convivência, no que se convencionou chamar de “mosaico cultural”.

O multiculturalismo implica em reivindicações e conquistas das chamadas minorias, negros, índios, mulheres, homossexuais entre outras. A doutrina multiculturalista dá ênfase à idéia de que as culturas minoritárias são discriminadas, sendo vistas como movimentos particulares, embora devam merecer reconhecimento público. Para se consolidarem essas culturas singulares devem ser amparadas e protegidas pela lei. O multiculturalismo opõe-se ao que ele julga ser uma forma de etnocentrismo. A política multiculturalista visa resistir à homogeneidade cultural, principalmente quando esta homogeneidade é considerada única e legítima, submetendo outras culturas a particularismos e dependência.

Em linhas gerais pode-se dizer que a Educação Multicultural é aquela que valoriza diversas culturas, sendo responsável pela construção do cidadão preparado para incluir-se e de

## **Multiculturalismo: Múltiplas Culturas na Sala de Aula**

cidadãos preparados para recebê-lo na sociedade. Daí ser necessário o estudo e a reflexão sobre Educação Multicultural para valorizar manifestações culturais e possibilitar ambiente inclusivo e democrático nas escolas que prepare os indivíduos para o convívio social.

Desta forma, o estudo sobre a educação multicultural e as múltiplas culturas na sala de aula tem o propósito de investigar a influência e a contribuição da Educação Multicultural no processo de valorização cultural para promover a diversidade de culturas em todos os anos de estudo.

### **2 Multiculturalismo, conceito e origem como movimento teórico e prática social**

O multiculturalismo, segundo Candau (2002, p. 53.), pode ser definido como o processo que visa garantir não apenas o conhecimento das mais diversas culturas, mas também o respeito a todas as culturas, identificando as diferentes relações estabelecidas na sociedade, para perceber que as pessoas possuem diferentes conhecimentos e se manifestam de diversas formas.

O multiculturalismo pode, assim, ser retratado mediante manifestações populares, artísticas ou, ainda, um conjunto de experiências pessoais adquiridas, por meio da convivência dos indivíduos e transmitidas de geração a geração, como uma identidade de grupo que utiliza símbolos para serem identificados. Ao mesmo tempo em que se procura reconhecer e respeitar as diferenças, a partir da individualidade de cada um, surge a contradição, pois se o discurso é pela igualdade de direitos, não se tem porque falar em diferenças. Mas, não é bem assim. A igualdade de que se fala é igualdade perante a lei, é igualdade relativa aos direitos e deveres. As diferenças às quais o multiculturalismo se refere são diferenças de valores e de costumes, posto que se trata de indivíduos de etnias diferentes entre si.

Portanto, multiculturalismo pode ser entendido com uma teoria flexível a ações diversificadas, de respeito e contrariedade a preconceitos, sejam eles éticos, sociais e culturais.

O multiculturalismo emerge, em território estadunidense, não apenas como movimento social em defesa das lutas dos grupos culturais negros e outras “minorias”, mas, também, como abordagem curricular contrária a toda forma de preconceito e discriminação no espaço escolar.

Embora o multiculturalismo tenha se transformado com o apoio da mídia e das redes informacionais, em um fenômeno globalizado, seu surgimento ocorreu em países, nos quais a

diversidade cultural é vista como um problema para a construção da unidade nacional, recorrendo-se a processos autoritários e a imposição de uma cultura. Desde sua origem aparece como princípio ético que tem orientado a ação de grupos, culturalmente dominados, aos quais negou-se o direito de preservar suas características culturais (GONÇALVES, 2006, p 17).

A partir dos anos 1970, comentam Gonçalves e Silva (1998, p. 34), há um relativo avanço nas lutas multiculturalistas à proporção que os Estados Unidos instituem, à custa das pressões populares, políticas públicas, em todas as esferas do poder público, visando garantir igualdade de oportunidades educacionais, de integração e justiça social a grupos culturais diversos, tais como os não brancos, os do sexo feminino, os deficientes, os alunos de baixa renda entre outros.

Nos anos de 1980 e, especialmente, nos anos de 1990, dizem os autores, foram fortalecidos os estudos sobre o multiculturalismo, em decorrência da ampliação da influência pós-moderna, no discurso curricular, que valoriza a mistura e o hibridismo de culturas, a pluralidade e as diferenças culturais. A celebração da diferença se constitui uma de suas ideias básicas. Nessa época, também que se acentuam os estudos relacionando cultura e educação escolar, nas sociedades contemporâneas.

Essa abordagem sobre o multiculturalismo, iniciada nos Estados Unidos, ultrapassou territórios e fronteiras, chegando também ao Brasil. Assim, como nos Estados Unidos, o multiculturalismo no País nasce, nas primeiras décadas do século XX, sob a iniciativa dos movimentos negros, como afirma Moreira (1999). Mas, diferentemente do que ocorreu em território norte-americano, os debates não contaram, inicialmente, com a adesão das universidades, vindo a ocorrer somente a partir dos anos de 1980 e, sobretudo, dos anos de 1990 em diante. Convém destacar que as lutas e os protestos culturais de grupos afro-brasileiros só conseguiram ampliar as alianças a partir dos anos de 1950.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais, PCNs consta que, no plano internacional, o Brasil tem participado de eventos importantes, como a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, convocada por organizações, como UNESCO, UNICEF e Banco Mundial. O País também é signatário da Declaração de Nova Delhi, assinada pelos nove países em desenvolvimento de maior contingente populacional, em que se reconhece a educação como instrumento proeminente de promoção dos valores humanos universais, da qualidade dos recursos humanos e do respeito pela diversidade cultural (CANDAUI, 1997).

## **Multiculturalismo: Múltiplas Culturas na Sala de Aula**

Na visão do discurso oficial, a educação para a cidadania implica a capacidade de convivência com a cultura do outro. Ao incluir a Pluralidade Cultural como Tema Transversal, os Parâmetros Curriculares (BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais, 1998) avançam um passo importante em prol de uma proposta educacional e curricular multiculturalista, na medida em que reconhece o valor da pluralidade e da diversidade cultural, bem como da necessidade de formar para a cidadania com base no respeito às diferenças.

### **3 Concepções e embasamento teórico do multiculturalismo**

A educação multicultural constitui um fenômeno social que aliado à Inclusão faz renascer a oportunidade de ascensão da cultura da massa marginalizada e vem confrontar ou superar o modelo escravagista, visando o reconhecimento da diversidade cultural existente nos diversos setores sociais, como coloca Trindade (2000, p.17). Por isso o multiculturalismo não parte da valorização de uma cultura isolada, mas sim da valorização de diversas culturas ao mesmo tempo. Acredita-se que essa diversidade contribui para o processo de aprendizagem, pois o desenvolvimento do indivíduo está ligado à interação com o outro. Desta forma, a diversidade que há entre grupos sociais é responsável pelo desenvolvimento cognitivo e pelo processo educativo.

A escola tem um papel fundamental a desempenhar neste processo, porque é um espaço em que se pode dar a convivência entre estudantes de diferentes origens, sendo um dos lugares onde são ensinadas as regras do espaço público para o melhor convívio com a diferença.

O multiculturalismo é uma estratégia política de reconhecimento e representação da diversidade cultural, não podendo ser concebido dissociado dos contextos das lutas dos grupos, culturalmente, oprimidos. Politicamente, comenta Candau (1997, p. 51), o movimento reflete a necessidade de redefinir conceitos como cidadania e democracia, relacionando-os à afirmação e à representação política das identidades culturais subordinadas. Como corpo teórico questiona os conhecimentos produzidos e transmitidos pelas instituições escolares, evidenciando etnocentrismos e estereótipos criados pelos grupos sociais dominantes, silenciadores de outras visões de mundo. Busca, ainda, construir e conquistar espaços para que essas vozes se manifestem, recuperando histórias e desafiando a lógica dos discursos culturais hegemônicos. Os estudos sobre os fenômenos culturais partem da necessidade de

compreensão dos mecanismos de poder que regulam e autorizam certos discursos e outros não, contribuindo para fortalecer certas identidades culturais em detrimento de outras (SILVA, 1999).

A abordagem culturalista contemporânea, coloca Candau (1997), teve início com Hoggart, Williams e Thompson, no final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960. Essa área, conhecida como Estudos Culturais, firma-se por meio do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos, fundado em 1964, por Hoggart, ligado ao Departamento de Língua Inglesa da Universidade de Birmingham, na Inglaterra. Ainda, afirma o autor (1997), as pesquisas do Centro preocupam-se com o papel das mídias na formação do consenso e do conformismo político. Stuart Hall participa da formação dessa área, incentivando o desenvolvimento de estudos etnográficos, análises dos meios massivos e a investigação de práticas de resistência dentro de subculturas. Essa área, apoiada na Sociologia e na Antropologia, reúne as contribuições de teóricos marxistas, tais como Althusser (conceito de ideologia) e Gramsci (conceito de hegemonia). Posteriormente, passa a englobar os estudos feministas, o pós-estruturalismo e o pós-modernismo, com base em teóricos como Michel Foucault e Henri Giroux.

Os estudos culturais, na atualidade, são uma área reconhecida e praticada, constituindo-se em fenômeno internacional, com adeptos em países como Estados Unidos, Austrália, Canadá, países da África e da América Latina. Esse campo de saber focaliza as estratégias e políticas de formação de identidades sociais, as dinâmicas de funcionamento do cinema, televisão e revistas populares, os estudos sobre a mulher e a teoria de raça e gênero, as noções de subjetividade, política, gênero e desejo, além de estudos afro-americanos, latinos e de culturas indígenas. A abordagem culturalista estuda a linguagem e o poder, particularmente, como a linguagem é usada para moldar identidades sociais e assegurar formas específicas de autoridade (SILVA, 1999).

O multiculturalismo se destaca como uma das preocupações dos Estudos Culturais. A multiplicidade de culturas e a pluralidade de identidades, em face de relações de poder assimétricas, geram a necessidade de questionar e desafiar práticas silenciadoras de identidades culturais. Particularmente, as questões de racismos, machismos, preconceitos e discriminações, tão importantes para a escola e o currículo, só podem ser analisadas produtivamente sob uma perspectiva que leve em conta as contribuições dos Estudos Culturais (SILVA, 1999).

No Brasil o interesse pela abordagem culturalista e multiculturalista vem aumentando, na medida em que as orientações e reformulações por que passam o sistema educacional e a

## **Multiculturalismo: Múltiplas Culturas na Sala de Aula**

revisão teórica sobre essas questões apontam para uma concepção escolar que considere o caráter pluriétnico e pluricultural da sociedade.

Ao longo de sua constituição teórica, o multiculturalismo tem sido analisado de formas diferentes, resultando em múltiplas tentativas de mapeamento do campo cultural, por meio do qual a diferença é tanto construída como negada.

Para evidenciar as posições multiculturalistas existentes reporta-se à obra de Peter McLaren, “Multiculturalismo crítico” (1997), referência e marco histórico da questão. O seu esquema indica quatro vertentes: conservadora ou empresarial, humanista liberal, liberal de esquerda, crítica e de resistência.

Em linhas gerais, a vertente conservadora ou empresarial sustenta a ideia de que o déficit cultural dos grupos não brancos pode ser superado com a ajuda dos grupos culturais brancos, em prol de uma cultura comum, padronizada. Tal postura acaba contribuindo para a desmobilização dos grupos dominados, em suas lutas pela afirmação do seu capital cultural. A vertente humanista liberal por “ingenuidade” ou “idealismo” ressalta a existência de uma igualdade natural entre as diversas etnias, sem se preocupar em evidenciar a falta de oportunidades iguais em termos sociais e educacionais. A vertente liberal de esquerda é a favor da pluralidade cultural, acreditando que a igualdade racial contribui para camuflar a diversidade. Acusada de fazer uma análise superficial da pluralidade, essa vertente pouco contribui para transformar as relações de dominação.

Quanto à vertente crítica e de resistência, trata a questão da diferença a partir da dimensão política, considerando-a sempre como resultado da história, da cultura, do poder e da ideologia.

As representações são compreendidas como frutos de lutas históricas e sociais mais amplas sobre signos e significados, sendo estes definidos mediante as transformações nas relações sociais, culturais e institucionais, no interior das quais os significados são gerados.

### **4 Faces do multiculturalismo**

No âmbito das reflexões, o multiculturalismo vem questionar práticas e discursos etnocêntricos, pautando-se em visões monoculturais e discriminatórias. Essas reflexões fazem pensar quem são os sujeitos com os quais se relacionam e com os quais estabelecem conflitos.

Desta forma este sujeito repleto de relações sociais, culturais, econômicas, segundo Freire (2000, p. 104) é visto como um

Ser histórico – sócio – cultural, fazendo – se e refazendo –se na historia que faz, [...] o ser humano é naturalmente curioso, mas a sua curiosidade histórica, tal qual ele, opera em níveis diferentes que produzem achados também diferentes. Acompanhando os movimentos desiguais das aproximações aos objetos que faz a consciência intencionada ao mundo, a curiosidade com que ele se relaciona semiintransitivamente ou transitivamente, de forma ingênua ou crítica.

Muitas vezes o professor se depara com conflitos entre grupos que defendem sua cultura ou forma de se expressar. Diante deste fato questiona-se o papel do professor, bem como o que cabe a ele propiciar ao aluno por meio da sua prática pedagógica.

Por muito tempo, Bakhtin (1995, p.69) afirma, o professor foi considerado como o detentor do saber, cujo papel social se resumia á transmissão dos conteúdos e o aluno era o sujeito passivo do processo educacional, apenas memorizando o conteúdo transmitido pelo professor. Alguns anos mais tarde o aluno passou a ser o centro do processo educacional e o professor passou a ser o facilitador do acesso do aluno aos conhecimentos.

É a partir da conscientização profissional que o professor de todas as modalidades de ensino poderá tornar suas aulas significativas, para a aprendizagem de seus alunos se tornar concreta e transformadora de sua realidade. Com base na pedagogia Libertária de Paulo Freire o tratamento do conteúdo parte da realidade dos alunos. Neste processo tanto o educador quanto o educando são corresponsáveis pelo ensino e aprendizagem por meio de um diálogo constante (FREIRE, 2000 p. 65).

## **5 Educação multicultural, valorização das culturas e aprendizagem**

A educação multicultural busca priorizar o conhecimento cultural do individuo como auxílio na construção e na aquisição do conhecimento sistematizado. Conforme Machado (2002, p. 46), a escola é um instrumento do sistema produtivo, qualificando os indivíduos para o trabalho.

A escola é vista como uma divisora de saberes atende aos interesses da classe dominante da sociedade, é entendida como um espaço fundamental para combater a resistência à educação multicultural (CARBONELL, 2000, p. 21).

Dentro do contexto escolar, a educação multicultural consiste em desmistificar a cultura dominante e buscar novos caminhos para incorporar a diversidade cultural. Um grande desafio para a sociedade tem sido combater o processo de homogeneização escolar que vem de uma relação histórica de dominação cultural. Entretanto, isso só será possível a partir do



## Multiculturalismo: Múltiplas Culturas na Sala de Aula

momento que a escola entender que a mudança é necessária para que possamos realizar um trabalho satisfatório.

O debate acerca da educação multicultural tem proliferado ao longo das últimas décadas. Políticos, professores, pais, enfim, os cidadãos em geral, têm emitido diversas opiniões, mais ou menos fundamentadas, acerca das reformas educativas que deveriam ser implementadas no sistema educativo.

A diversidade cultural existente no país é cada vez maior. Contudo, as medidas tomadas no sentido de alargar o sistema educativo às minorias existentes, não têm sortido o efeito esperado. A convicção da necessidade de uma resposta educativa adequada e equilibrada que leve em consideração o crescimento de uma sociedade cultural e etnicamente pluralista no país são temas freqüentes em debates, congressos e encontros acadêmicos, embora a referência dominante continue da maioria.

O debate teórico acerca da definição mais correta, relativa à educação destinada a todos sem exceção, ser ela multicultural, intercultural ou pluricultural, demonstra, em parte, a dimensão do problema.

De acordo com Nogueira (2001, p. 18), acima de tudo é necessário ter em conta que Educação engloba muito mais que ensino, não se restringindo por isso às salas de aula, aos manuais escolares e à dialética professor-aluno. Educação diz respeito a todos os cidadãos, à forma como se relaciona quotidianamente com as pessoas que convivem. Afinal, independentemente do país de origem, da cor ou da religião é de pessoas que se está a falar, de seres humanos com necessidades e desejos, com expectativas de uma vida melhor.

Dessa forma, a Educação Multicultural visa contribuir para o processo de aprendizagem dentro e fora do ambiente escolar, promovendo a troca de conhecimentos entre indivíduos, afirma Moll et al (2002, p. 140), pois a escola pratica o agrupamento dos indivíduos buscando obter avanços cognitivos.

Desde os tempos antigos a educação escolar está destinada aos filhos de famílias mais abastadas, deixando de lado às crianças pobres para serem disciplinadas para a servidão. A medida que a indústria se desenvolve passa a exigir mão de obra especializada, ficando o aprendizado de ofícios para os mais pobres e a formação literária das academias para as classes mais abastadas. Desta forma, a escola reproduz os interesses e valores da sociedade, acabando por representar a cultura das classes privilegiadas.

De acordo com Candau (2002, p. 71), a escola vive sob tensão, pois de um lado ignora a diversidade com a homogeneização, empurrando os alunos ao fracasso, e, do outro, vive a pressão de reconhecer e tratar as diversidades tornando o espaço escolar um espaço múltiplo.

Pressupondo que não há como refrear a suposta homogeneidade cultural pseudo-construída ao longo do desenvolvimento da humanidade, pelos diversos grupos étnicos culturais, a heterogeneidade tem-se constituído de muitas dificuldades que se anunciam perante uma realidade difícil, mas não impossível de ser superada.

Olhando sob esse ângulo, um dos obstáculos que se interpõe na busca da convivência pacífica e tolerante relaciona-se à visão de que, não raro, a diferença é associada à inferioridade e à desigualdade. O ‘outro’, que é diferente, porque diverso e plural, torna-se inferior e passa a representar uma ameaça aos padrões euroamericanos de ser e viver. Tais padrões, assentados nas culturas ocidentais brancas, letradas, masculinas, heterossexuais e cristãs, estão arraigados no imaginário social e naturalizados cotidianamente nos diversos espaços de convivência humana, afetando tanto os chamados grupos minoritários quanto os pertencentes às esferas hegemônicas. Ademais, são padrões culturais definidos arbitrariamente e impostos de modo sutil ou arrogante e hostil, peculiar das culturas e identidades autoproclamadas ‘superiores’, o que contribui para reforçar e difundir a chamada ideologia do branqueamento, segundo a qual os grupos ocidentais brancos se dizem mais capazes e melhores que os demais existentes, tornando-os alvos de exclusão, discriminação e preconceito (CANTU; DAMSCHI; TONNIAZO, Multiculturalismo e ... Publicação da FAMPER/Online/pdf ).

A visão etnocêntrica de mundo baseada na ideologia do branqueamento busca concentrar a aceitação da cultura do grupo como a única aceitável e correta. Daí porque comentam as autoras Cantu, Damschi e Tonniazo, em seu artigo sobre o ‘Multiculturalismo e processos educacionais no ensino superior’ (Faculdade de Ampère, FAMPER/Online/pdf)

[...] a ideologia do branqueamento está centrada numa visão etnocêntrica de mundo, isto é, na cultura do próprio grupo como a única aceitável e correta, conforme as imagens projetadas de si mesmo e reproduzidas como uma espécie de narcisismo coletivo anestesiante, afetando a vivência social de todos os grupos culturais, sejam os ditos superiores ou inferiores. Por conta disso, torna-se difícil, muitas vezes, situar quem é quem no jogo das diferenças, nas relações de poder desiguais, isto é, quem se posiciona na condição de dominante ou de dominado, uma vez que em todos os grupos culturais há aqueles que são a um só tempo, discriminados e discriminadores, vítimas e algozes. (CANTU; DAMSCHI; TONNIAZO, Multiculturalismo e ... Faculdade de Ampère, FAMPER/Online/pdf ).

Para exemplificar, comenta-se o caso de um sujeito negro que é discriminado por outro branco, mas que, por sua vez, maltrata a mulher em casa; ou um praticante do

## Multiculturalismo: Múltiplas Culturas na Sala de Aula

candomblé que é alvo de preconceito dos católicos, porém, combate com veemência os evangélicos ou a união estável entre pessoas do mesmo sexo; ou mesmo o caso de um gay ou lésbica que sofre na pele o preconceito pela sua condição sexual, mas não deixa de assumir posição racista diante de uma pessoa negra. Estes e outros exemplos povoam o dia a dia da sociedade.

Além de preconceitos, outro entrave à convivência plural ocorre na dificuldade que as pessoas pertencentes a um grupo ou comunidade têm em relação a aceitação de outras culturas, contrapondo-se a rapidez com que as pessoas absorvem práticas racistas, estereotipadas ou xenofóbicas perante o ‘outro’. Apesar das conquistas alcançadas nos países ocidentais, dentre os quais o Brasil, as iniciativas e as ações de uma educação multicultural, para se aprender efetivamente a lidar com práticas discriminatórias, ainda são restritas e tímidas. Quando muito, comenta Pereira *et al.* (2013, p. 189) sobressai-se a retórica vazia de sentido político, sem grandes repercussões concretas.

Em função dessa realidade, a educação em geral e, especificamente, a escola e os professores, é encarada como ‘esperança de futuro’, sendo pressionados a repensar o seu papel diante das transformações em curso, as quais demandam novos saberes, novas competências, um novo jeito de pensar e de agir, enfim, um novo perfil de formação do cidadão. O desafio maior tem sido a busca de soluções para os problemas e impasses sociais causados pela lógica do mercado como o ‘deus social soberano’, para quem os seres humanos e as suas necessidades são secundarizadas em relação ao capital (PEREIRA *et al.*, 2013, p. 189-190).

Nas sociedades contemporâneas ocidentais as lutas pelo poder vão além do cenário político e econômico, ampliando-se para o espaço cultural, tendo porém como contraponto o cenário de interdependência global e de intercâmbios culturais que contribuem para promover discriminações, racismos, xenofobias, extremismos religiosos, exclusão social, econômica e étnica, atingindo os grupos mais fragilizados. A mobilização de esforços para conter movimentos hostis e discriminatórios torna-se necessária, na tentativa de solucionar opressões, aliviar tensões e reafirmar direitos humanos, visando garantir os direitos à pluralidade e às diferenças culturais, evitando o recrudescimento de movimentos contrários a boa convivência social.

Em face das rápidas mudanças, contradições e incertezas demandando o seu enfrentamento em escala mundial, as agências internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a

Cultura (UNESCO) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Banco Mundial (BM) se encarregam de mobilizar os países-membros para debaterem questões relacionadas à educação, à tolerância e o respeito à diversidade cultural, uma vez que o problema ameaça a todos os países, independente de classe social ou grupo social.

Para isso, traçam metas, definem propostas e promovem eventos, fóruns e conferências, a fim de manter sob controle os antagonismos sociais e culturais. Por meio desses eventos estimulam os Estados-Nação, dentre eles o Brasil, assumir o compromisso de reformular discursos e programar reformas nos sistemas educacionais e curriculares oficiais, articulando princípios da ideologia neoliberal e, contraditoriamente, de educação para a tolerância, cultura da paz e respeito às diferenças culturais entre povos, etnias e nações.

A Conferência Geral da UNESCO, realizada em 2002, assinala Pereira *et al* (2013, p. 192), deu origem ao importante documento da “Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural”.

O documento em seu Artigo 1º afirma: A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o gênero humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza. Nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras (DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL, 2002, p.3).

Nesse sentido, levar em conta a pluralidade cultural no âmbito da educação implica pensar formas de reconhecer, valorizar e incorporar as identidades plurais em políticas e práticas curriculares. Significa, ainda, refletir sobre mecanismos discriminatórios que tanto negam voz a diferentes identidades culturais, silenciando manifestações e conflitos culturais, bem como buscando homogeneizá-las numa perspectiva monocultural.

## **6 Multiculturalismo crítico**

Na teoria educacional, de um modo geral, e em suas perspectivas críticas de modo específico, muitas análises realizadas a partir da economia são deslocadas para análises a partir da cultura. Tudo isso sugere a centralidade da cultura em termos epistemológicos e, mais ainda, evidencia o caráter multicultural das sociedades ocidentais atuais (CANEN; MOREIRA, 2001).

## Multiculturalismo: Múltiplas Culturas na Sala de Aula

O multiculturalismo como uma proposta inclusiva, pode ser entendido a partir de alguns aspectos apontados em estudos recentes de Candau e Anhorn, em 2000; Gonçalves e Silva, em 1998; Canen, Oliveira e Franco, em 2000 e, notadamente, Moreira, em 2001. Por esse prisma, o multiculturalismo pode ajudar os grupos com representação minoritária incluídos em um quadro de hierarquias, posicionados como subalternos. Construir uma proposta educacional com essa perspectiva nos leva ao reconhecimento dos erros promovidos pela escolarização e de suas marcas ao longo da história do sistema educacional.

Compreender como se evidencia uma educação multicultural requer que definamos parâmetros do que entendemos por multiculturalismo na educação. Assim como Moreira (2001), entende-se que o mais importante ao se discutir a centralidade da cultura nas abordagens curriculares não é o prefixo *inter* ou *multi*, mas a concepção de cultura, os pressupostos teóricos, a postura epistemológica e o posicionamento político que dão sustentação a tais abordagens.

Em função desse entendimento, utiliza-se o termo multiculturalismo crítico, que já é tradição do campo do currículo, entendendo-o como uma abordagem curricular. É em Moreira (2001) e McLaren (2000a, 2000b) que se encontram os elementos dessa abordagem. O multiculturalismo crítico apóia-se em um *pós-modernismo de resistência* que leva em conta tanto o nível macro político da organização estrutural da sociedade, quanto o nível micropolítico. Sob esta perspectiva, estuda o cotidiano ou situa seus objetos de estudo no cotidiano sem perder a conexão com análises macroestruturais. Assim, desencadeia debates sobre o multiculturalismo sem ocultar as suas conexões com as relações materiais, reintegrando ou desdiferenciando o cultural e o econômico, o simbólico e o material. Além disso, para reafirmar a totalidade como categoria analítica, situa/compreende as diferenças nas contradições sociais em um contexto de opressão, dominação e exploração, assumindo uma perspectiva relacional e definindo totalidade como a possibilidade de um entendimento global ou relacional, pois, “o refazer do social e a reinvenção do eu precisam ser compreendidos como dialeticamente sincrônicos [...], pois são processos que se informam e se constituem mutuamente” (MCLAREN, 2000a, p. 88).

Ao reconhecer a totalidade, o multiculturalismo crítico não desconsidera classe social como categoria, tendo em vista a manutenção do comprometimento dos estudos multiculturais com o questionamento das desigualdades sociais, que não são secundarizadas em função das diferenças culturais. Defende, portanto, o engajamento de uma educação que esteja embasada em uma teoria textual, social e histórica; defende a não apostasia de uma pedagogia crítica.

Do mesmo modo, o multiculturalismo crítico, ao discutir a diferença, não a separa da discussão da desigualdade social. Por não cindir diferença cultural e relação de poder, politiza a primeira; não a concebe, portanto, como uma essência de identidades ou apenas um efeito da linguagem, mas a situa nos conflitos sociais e históricos, na produção desses conflitos sociais, como construção histórica e cultural.

## **7 O jogo das diferenças - O multiculturalismo e seus contextos**

Falar do multiculturalismo é falar no jogo das diferenças, cujas regras são definidas nas lutas sociais por atores, que por uma razão ou por outra experimentam o gosto amargo da discriminação ou preconceito no interior da sociedade em que vivem.

O livro “O jogo das diferenças - O multiculturalismo e seus contextos” de Luiz Alberto Oliveira Gonçalves e Petronilha B. Gonçalves e Silva, informa sobre o direito à diferença e busca compreender, na cena social, os diversos significados de multiculturalismo. Os autores observam conceitos como “discriminação”, “preconceito” e “politicamente correto” e constatam que as regras desse “jogo das diferenças” estão em constante mudança.

A importância dessa obra é patente para quaisquer sujeitos. Serve tanto para o que educa, como para o que está se formando educador. Serve igualmente aos indivíduos que querem “apenas” praticar a ação de respeitar o outro.

O texto em questão possui como tema central o multiculturalismo, que é uma forma de questionar a ideologia etnocêntrica ou o eurocentrismo e os desdobramentos dessa política identitária no mundo contemporâneo.

De outra forma, “[...] o multiculturalismo desde sua origem aparece como princípio ético que tem orientado a ação de grupos culturalmente dominados, aos quais foi negado o direito de preservarem suas características culturais” (GONÇALVES & GONÇALVES E SILVA, p. 17).

Além disso, o multiculturalismo recoloca “[...] o problema da diversidade cultural no centro dos debates políticos de sua época, produz hiatos e descontinuidades na forma como as Ciências Sociais apresentam a sociedade a qual estudam” (GONÇALVES & GONÇALVES E SILVA, p. 22).

O multiculturalismo inicialmente tinha como centralidade a questão étnica e procurava dar visibilidade aos negros e indígenas. Posteriormente, o multiculturalismo passou a ser uma forma de defender também outras questões, como: gênero, preferência sexual entre outras.

## Multiculturalismo: Múltiplas Culturas na Sala de Aula

As transformações alavancadas pelo multiculturalismo na sociedade em geral e as contribuições dos agentes que o integram foram direcionadas para determinadas parcelas da população, sobretudo as contribuições no campo dos direitos civis e na área educacional.

Os autores analisam o surgimento do multiculturalismo nos Estados Unidos da América (EUA) e definem quais questões o mesmo defendia e continua a defender nessa sociedade, tendo em vista que os primeiros estudos multiculturais datam do final do século XIX. Os autores ressaltam o papel dos sujeitos que empreenderam lutas em prol dos direitos civis, da afirmação da cidadania e da participação ativa dos “excluídos” na sociedade norte-americana.

Para demonstrar como se deram essas questões foram explicitados os significados de inúmeros temas-assuntos, quais sejam: *Black Studies*, Estudos Negros, Africologia e o nome do seu fundador, filosofia afrocêntrica, afrocentrismo, Estudos Afroamericanos, Estudos Índio-americanos, Estudos Asiático-americanos, educação multicultural, pedagogia da equidade, aprendizado da diversidade e foram externadas também algumas críticas feitas à educação multicultural.

Já o movimento multicultural na América Latina, em especial o brasileiro, dentre os temas abordados, pode-se destacar a contestação da “imagem de paraíso racial” existente no Brasil, bem como o chamado “mito da democracia racial”. Esses elementos são desconstruídos à luz do multiculturalismo afro-brasileiro que, por sua vez, serve inegavelmente para denunciar e alterar a realidade de exploração na qual vivem milhões de agentes históricos.

Essa denúncia foi e é feita por meio da poesia, da música, da literatura militante e da corrente culturalista, em síntese, a Teoria da Negritude e a Teoria do Sujeito. Contudo, esse trabalho não é nada fácil, ao contrário, é extremamente complexo. O Estado, que possui o monopólio da força legalizada, ao procurar construir uma suposta identidade nacional, acaba, por exemplo, por inibir/coibir a pluralidade cultural de inúmeros povos. Nesse sentido, o Estado nacional constitui-se como um objeto que também precisa ser re-significado pelos agentes multiculturalistas, tal como ocorre com os currículos escolares das instituições ensino, que são de uma forma ou de outra, o principal campo de atuação dos multiculturalistas.

Além desses temas/assuntos, são mencionados os movimentos sociais que se engajaram na luta pelo respeito à diversidade cultural no Brasil, encabeçados por organizações afro-brasileiras e as políticas multiculturais por elas empreendidas para alterar os currículos escolares, para que os mesmos contemplem a diversidade cultural que compõe,

efetivamente, a sociedade brasileira. O estado da arte da produção científica, realizada em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, teve por tema central a investigação sobre o multiculturalismo. Os dados não são nada favoráveis à produção multicultural. Apenas uma pequena parte das dissertações de mestrado e das teses de doutorado abordam a questão multicultural.

Na realidade, o que ocorre é que as políticas multiculturais ainda são pouco contempladas nos currículos escolares, tanto na Educação Básica como na Educação Superior, embora existam vários movimentos sociais lutando para ampliar o espaço dessas políticas. No dizer dos autores, “[...] não se têm claramente formulada uma proposta que garanta, em níveis acadêmicos, uma formação permanente de professores e uma política cultural de envergadura nacional” (GONÇALVES & GONÇALVES E SILVA, p. 96).

Por fim, vale frisar que “O jogo das diferenças” é um instrumento relevante para evidenciar a diversidade cultural que compõe a sociedade brasileira. Sendo assim, quem faz a leitura da obra não pode negar que o Brasil e também o mundo são extremamente multiculturais. Portanto, quem nega a multiculturalidade acaba por negar também a sua própria história.

## **7 Multiculturalismo: teoria, prática, transformação e tolerância**

As discussões em torno do currículo formal quanto do currículo em ação devem sinalizar importantes aspectos para que a formação de professores possa ser repensada, incorporando as discussões sobre as questões culturais. Isto porque acreditamos, com Imbernón (2004), que a formação de professores não pode restringir-se aos aspectos cognitivos, pois é preciso preparar profissionais para atuarem no mundo de mudanças e incertezas.

Deste modo, tendo em vista a produção dessa subárea e por meio de uma incursão preliminar nos dados, verificamos que o termo multiculturalismo, conforme assinalado por Candau (2002) e Moreira (2001b), abarca variados posicionamentos teóricos e, muitas vezes, discursos teóricos híbridos.

O olhar sobre o multiculturalismo recai no multiculturalismo crítico, tal como definido por McLaren (2000). Partimos da compreensão pós-crítica de resistência, que enfatiza o papel da língua e da representação na construção de significado e identidade. Nesta abordagem os signos e as significações são essencialmente instáveis e em deslocamento, podendo ser



## Multiculturalismo: Múltiplas Culturas na Sala de Aula

temporariamente fixados dependendo de como estão articulados dentro de lutas discursivas e histórias particulares.

O multiculturalismo crítico compreende a representação de categorias como raça, classe social e gênero como o resultado de lutas mais amplas sobre signos e significações e, neste sentido, enfatiza não apenas o jogo textual e o deslocamento metafórico como forma de resistência, mas a tarefa central de transformar as relações sociais, culturais e institucionais nas quais os significados são gerados.

Nesta perspectiva, as diferenças são encaradas como um conceito-chave e devem ser compreendidas por meio de uma política de significação, isto é, de práticas de significação que são tanto reflexivas quanto constitutivas de relações políticas e econômicas prevaletentes. “Diferença é sempre um produto da história, cultura, poder e ideologia” (MCLAREN, 2000, p. 123).

Assim, o autor destaca as contribuições desta perspectiva para a elaboração de um currículo crítico:

[...] um currículo multiculturalista crítico pode ajudar as educadoras a explorarem as maneiras pelas quais alunas e alunos são diferencialmente sujeitados às inscrições ideológicas e aos discursos de desejo multiplamente organizados, por meio de uma política de significação. (MCLAREN, 2000, p. 131).

Os educadores ao assumirem as diferenças devem procurar criar uma política de construção de alianças e de solidariedade que se desenvolva a partir de imperativos da libertação, democracia e cidadania crítica. Por isso, não basta tolerar as diferenças, é preciso criar pontos de interação e dialogar com o outro, oportunizar aos estudantes inventar formações do eu diferentes ao desmontarem e interrogarem as diferentes formas de segmentação discursiva que informam suas subjetividades. Assim, o diálogo deve ser encarado como uma forma das pessoas verem tanto a si mesmas como aos outros como sujeitos e não como objetos (SILVA, 2003, p. 126).

Muitos são os sentidos atribuídos ao multiculturalismo. Neste estudo, interessa sua vertente crítica, que se afasta da folclórica na medida em que problematiza as relações desiguais de poder e os preconceitos, buscando voz e vez para identidades socialmente marginalizadas. De seus representantes destacam-se Canen, Moreira e McLaren. Trata-se de um movimento social, político e cultural que busca ampliar o espaço para vozes silenciadas, questionando visões estereotipadas. O multiculturalismo crítico ou perspectiva intercultural crítica busca articular as visões folclóricas, as discussões sobre as relações desiguais de poder

entre as culturas diversas, questionando a construção histórica dos preconceitos, das discriminações [...] (CANEN, 2007, p. 93).

Canen (2007) e Canen e Moreira (2001) trazem para a discussão multicultural categorias como diferenças, desigualdades, identidades e hibridização. Já McLaren (2001) ressuscita o marxismo. Para ele, a maior luta do multiculturalismo crítico é contra a divisão social de classes, assim aproximando-se das reflexões de Gentili (2008), Frigotto (2006) e Cardoso (2006). O interessante é que, de pontos de partida diferentes, todos lutam pela construção da sociedade menos injusta, fraterna e igualitária.

Apesar dos contrastes, esses autores compreendem a necessidade da transformação social e reconhecem o capitalismo como responsável pelas desigualdades e exclusões de milhares de pessoas. “Desenvolver-se de modo desigual é próprio do capitalismo. A expansão do capital se faz criando desigualdades” (CARDOSO, 2006, p. 35). Tanto na teoria crítica, como na marxista as desigualdades são produzidas e mantidas pelo capitalismo, objeto de suas denúncias.

A sociedade formada nos princípios do capitalismo não é capaz de estabelecer relações justas e multiculturais críticas, pelo contrário, aprofunda o abismo entre ricos e pobres e acirra a subalternização dos que não têm sua identidade valorizada, como os mais pobres, negros, mulheres e nordestinos. Este quadro dramático, o multiculturalismo, movimento político, social e teórico, preconiza o perfilhamento de identidades marginalizadas e a valorização de suas diferenças, independente de classe social, raça, religião etc.

[...] temos apontado que as perspectivas multiculturais, grosso modo, podem ser delineadas desde visões mais liberais ou folclóricas [...], até visões mais críticas, cujo foco é, justamente, o questionamento a racismos, sexismos e preconceitos de forma geral, buscando perspectivas transformadoras nos espaços culturais, sociais e organizacionais (CANEN; CANEN, 2005. p. 42).

A perspectiva transformadora está presente no multiculturalismo e nas contribuições marxistas, porém, é pouco problematizada. Para preencher esta lacuna, buscaram-se aportes em Gandin (1997 e 2007). “Querer uma transformação não é tudo: são necessárias uma proposta consciente e uma metodologia adequada para alcançar algo” (GANDIN, 2007, p.18). Segundo suas contribuições a metodologia é fundamental.

Os debates e discussões sobre o multiculturalismo tem-se intensificado desde a Segunda Guerra Mundial. A necessidade de expandir seus mercados levou as nações a se abrirem para produtos de outros países, marcando o crescimento da ideologia econômica do liberalismo. A nova ordem mundial se deu com a formação de blocos econômicos, fenômeno ainda em processo, estruturado com o intuito de facilitar as trocas comerciais. Entretanto,

## Multiculturalismo: Múltiplas Culturas na Sala de Aula

nessa relação entre as nações, as trocas não se dão exclusivamente no âmbito do mercado, mas remetem a outras esferas como a social, a política e a cultural.

O multiculturalismo, apesar de ser um termo usado universalmente, está longe de representar ‘um estado de coisas já alcançado’. O termo é polissêmico, pois existem diferentes multiculturalismos, que abrangem diferentes posturas ideológicas, como o conservador, o liberal, o pluralista, o comercial, o corporativo e o crítico. Analisando livros didáticos de inglês LE, Katia Motta, em seu texto *As Diferenças, Resgatando o Coletivo – Novas Perspectivas Multiculturais no Ensino de Línguas Estrangeiras* identifica as distintas perspectivas de que falam Stuart Hall (2003) e McLaren (2000). Livros didáticos que apresentam, em suas unidades pedagógicas, fotos e imagens de diversas culturas, mas trazem como foco principal os valores culturais socialmente privilegiados que estão baseados em uma visão “conservadora” do multiculturalismo.

Segundo Ana Canen (2007), “o multiculturalismo crítico focaliza não só a diversidade cultural e identitária, mas também os processos discursivos pelos quais as identidades são formadas”, ou seja, essa visão de multiculturalismo está interessada em analisar os discursos que conformam as identidades e as diferenças e não só na constatação da pluralidade de identidades e das relações de poder existentes nelas.

O multiculturalismo se relaciona, portanto, diretamente com as questões de identidades. O sujeito iluminista, possuidor de uma identidade unificada e estável, se opõe ao sujeito contemporâneo, plural, multifacetado, composto por diferentes camadas que se sobrepõem e amalgamam. Ser mulher, brasileira, professora, divorciada, mãe, ter quarenta anos, todas essas características compõem minha identidade, e em determinados momentos e espaços a marca identitária de gênero prevalecerá sobre a da nacionalidade; em outros, a profissão se sobreporá à de gênero e assim sucessivamente. Não há, portanto, um tipo identitário puro, uma vez que somos construídos hibridamente. A contradição está presente na constituição da identidade social, ao ser ela, ao mesmo tempo, inclusão e exclusão, na medida em que identifica o grupo e o distingue de outros grupos. Vale ressaltar que tal identidade não se constitui em um bloco imutável, uma essência acabada, pois pensando assim corre-se o risco de se chegar a um congelamento das identidades.

Não se pode pensar em identidade sem falar em interação. “Não há identidade em si, nem mesmo unicamente para si. A identidade existe sempre em relação à outra. Ou seja, identidade e alteridade são ligadas e estão em uma relação dialética.” (CUCHE, 1999, p. 183). Isso quer dizer que a construção da identidade se dá no interior das trocas sociais e tal

construção é sempre dinâmica. Entretanto, esse movimento nem sempre é harmônico. Relações de poder e de dominação estão em jogo quando distintas comunidades entram em contato “[...] somente os que dispõem de autoridade legítima, ou seja, de autoridade conferida pelo poder, podem impor suas próprias definições de si mesmos e dos outros” (CUCHE, 1999, p. 186).

A construção da identidade passa, com toda a certeza, pelos direitos humanos. Direitos semeados a partir da Paz de Westfalia (1648), na Europa, em que se reconhece pela primeira vez o direito de culto religioso, considerando as crenças luterana, calvinista e católica com os mesmos direitos de serem cultuadas pelos seus adeptos. A igualdade de direitos conferida às crenças religiosas toma forma com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), resultado da Revolução Francesa

A partir da Revolução Francesa e da Independência dos Estados Unidos da América, o desenvolvimento histórico dos direitos humanos passa por sua primeira fase, que é da positivação. Com a materialização de certos direitos naturais, inerentes ao ser humano, em textos legais situados no ápice do ordenamento jurídico dos Estados citados, outras nações passam a trazer esses direitos em suas constituições, como Cádiz (1812), Bélgica (1831), Espanha (1837), Alemanha (1919) etc.

A segunda fase histórica por que passam os direitos humanos é a da generalização, no início do século XIX. Os direitos humanos são inerentes à pessoa, independentemente de sua posição social, raça, credo e origem. A positivação dos direitos veio a beneficiar a burguesia, garantindo a possibilidade de ascensão social pela não interferência do Estado em seus assuntos (primeira geração de direitos humanos – direitos negativos). Entretanto, massas de trabalhadores e pessoas sem recursos ficaram excluídas, pressionando a burguesia para a ampliação desses direitos, proporcionando a igualdade entre todos por intermédio dos direitos de segunda geração.

A importância dos direitos de segunda geração, que são os direitos econômicos, sociais e culturais, não são direitos bem vistos pelos defensores do processo de globalização econômica que acreditam que esses direitos deturpam o mercado e afetam a livre concorrência entre pessoas. O liberalismo mantém posição de defesa da chamada igualdade desde um ponto de partida, em que todos são iguais e ao final os melhores se sobressaem. No Estado social, promotor de direitos de segunda geração, o que se busca é a igualdade desde um ponto de chegada, isto é, com o Estado no papel de equilibrar a competição com políticas de discriminação inversa e outras para que todos tenham as mesmas oportunidades.

## **Multiculturalismo: Múltiplas Culturas na Sala de Aula**

Concomitantemente ao processo de generalização, surge o fenômeno da internacionalização dos direitos humanos. Esses direitos saem da agenda doméstica e passam a dominar a agenda internacional. Ocorre a partir do século XIX, com o estabelecimento dos primeiros tratados de direitos humanos, impondo limites à soberania dos Estados no trato com seres humanos. A internacionalização é consequência da generalização e apresenta a vocação universal desses direitos.

Por fim, a quarta e atual fase histórica do desenvolvimento dos direitos humanos é a especificação. Surge a partir da Segunda Guerra Mundial, no século XX, e é o primeiro passo na determinação seletiva de alguns direitos. Nessa fase, objetivam-se grupos específicos de pessoas, como deficientes físicos, mulheres, imigrantes, refugiados, crianças e idosos.

Portanto, o trato com esses direitos é recente, tendo não mais de quatrocentos anos. Na história da humanidade esse lapso temporal é insignificante e demonstra a novidade do assunto. O mais interessante, é que essas fases coincidem com a história das sociedades ocidentais, de origem européia, sem qualquer menção às experiências asiáticas, africanas, indígenas, indianas entre outras. Isso nos introduz à segunda afirmação sobre os direitos humanos, de que são uma formulação da cultura ocidental, eurocêntrica.

Dessa forma, os direitos humanos são apresentados com a concepção individualista da sociedade, característica da cultura ocidental, em que se pode falar de individualismo religioso, político, moral, jurídico, estético etc. Em culturas dominadas pelo caráter grupal, com preponderância à comunidade, à tribo, ao Estado, não seria possível o desenvolvimento de direitos considerados inerentes às pessoas, que podem ser opostos contra a coletividade.

### **Considerações finais**

O Multiculturalismo na Educação faz-se necessário para que se possa compreender a necessidade da sociedade fazer valer os direitos da diferença, já que perante a lei todos são iguais. Por essa razão pergunta-se: por que em uma sala de aula há tanta discussão e diferença?

É importante ressaltar que o aluno desde a mais tenra idade é capaz de aceitar as diferenças sociais e culturais. Através das vivências e do dialogo é possível fazê-lo compreender que as diferenças são necessárias em uma sociedade multicultural.

Para isto, é necessário que o desenvolvimento de ações pedagógicas estejam de acordo com a escola, a equipe pedagógica e os professores estejam empenhados e envolvidos a fim

de atingir os resultados esperados. Este desenvolvimento deve ocorrer através do levantamento de dados referente ao Projeto Político Pedagógico das escolas. Desta forma sabe-se que a escola como difusora de saber sistematizado e historicamente acumulado é a fonte de informações do indivíduo. Todavia, o indivíduo ao ingressar na escola traz consigo informações e ‘conhecimentos’ como resultado do contexto do processo cultural vivido por ele.

Portanto o Multiculturalismo, não pode ser definido como o processo que visa garantir não apenas o conhecimento das mais diferentes culturas, mas também o respeito a todas as culturas, identificando as diferentes relações estabelecidas na sociedade, para perceber que as pessoas possuem diferentes conhecimentos e se manifestam de diversas formas.

## REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera M. (Org). Interculturalidade e educação na América Latina. **Revista Novamerica**, Rio de Janeiro, n. 77, p. 38-43, 1998.

\_\_\_\_\_. **Multiculturalismo e Educação: sociedade, educação e cultura(s)**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

\_\_\_\_\_. **Pluralismo cultural, cotidiano escolar e formação de Professores**. Magis-tério: construção cotidiana. Petrópolis: Vozes, 1997.

CANEN, Ana e CANEN, Alberto G. Rompendo fronteiras curriculares: o multiculturalismo na educação e outros campos do saber. **Currículo sem Fronteiras**, v.5, n.2, p.40-49, jul/dez 2005.

CANEN, A., MOREIRA, A. F. B. Reflexões sobre o multiculturalismo na escola e na formação docente. In: \_\_\_\_\_, (Orgs.). **Ênfases e omissões no currículo**. São Paulo: Papyrus, 2001. p. 15-43.

CANEN, Ana. O multiculturalismo e seus dilemas: implicações na educação. **Comunicação e Política**, v.25, n. 2, p. 91-107, 2007.

CANEN, Ana; MOREIRA, A. F. B. (Orgs). **Ênfases e Omissões no Currículo**. Campinas/ SP: Papyrus, 2001. **Educação em Destaque**. Juiz de Fora, v. 2, n. 1, p. 12-26, 1. sem. 2009.

CANTU, Ivone B.; DAMSCHI, Maria da G.; TONNIAZO, Neoremi de A. **Multiculturalismo e processos educacionais no ensino superior**. Publicação da Faculdade Ampère, FAMPER. Disponível em: [famper.com.br/download/ivone.pdf](http://famper.com.br/download/ivone.pdf). Acesso em: 02/03/2016.

## Multiculturalismo: Múltiplas Culturas na Sala de Aula

CARBONELL, J. A diversidade na educação. **Pátio Revista Pedagógica**, 2002, a. v, n. 20, fev/abr, 16-53p.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura em Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Sobre as relações sociais capitalistas. In: LIMA, Júlio César França (org). **Fundamentos da Educação Escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL, Unesco, 2002. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>. Acesso em: 20/02/2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários para a prática educativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, Moacyr. A diversidade na educação. **Pátio Revista Pedagógica**, 2002, a. v, n. 20, fev/abr, 16-53 p.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos, cultural, social, político, religioso e governamental**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. **Escola e transformação Social**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997

GONÇALVES, Luis A. O.; GONÇALVES E SILVA, Petronilha B. **O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. (9.ed., 2003)

MCLAREN, P. **Multiculturalismo crítico**. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **Multiculturalismo revolucionário: pedagogia do dissenso para o novo milênio**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

MOLL, Jorge *et al.* Os correlatos neurais da sensibilidade moral: a funcional magnetic ressonância da investigação de base e emoções morais. Pennsylvania State University College of Medicine/Carlos Chagas Filho, Instituto de Biofísica Federal, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **The Journal of Neuroscience**, v. 22, n. 7, abr. 1, 2002.

MOREIRA, A.F.B. A recente produção científica sobre currículo e multiculturalismo no Brasil (1995-2000): avanços, desafios e tensões. **Revista Brasileira de Educação**, 2001a, n. 18, p. 65-81.

MOTA, K.M.S. Incluindo as diferenças, resgatando o coletivo – novas perspectivas multiculturais no ensino de línguas estrangeiras. In: MOTA, K. e SHEYERL, D. **Recortes interculturais na sala de aula de línguas estrangeiras**. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 35-60.

NOGUEIRA, N. R. **Pedagogia dos Projetos**: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências. São Paulo: Érica, 2001.

PEREIRA, A. *et al.* Formação docente e multiculturalismo: um estudo com alunos dos Cursos de Mestrado e Doutorado em Educação da UFU. **Revista História e Diversidade**, v.2, n. 1, p. 187-202, 2013. ISSN: 2237-6569.

SILVA, Maria José A. da S.; BRANDIM, Maria R. L. Multiculturalismo e educação: em defesa da diversidade cultural. **Revista Diversa**, a.1, n. 1, p. 51-66, jan./jun. 2008.

SILVA, Tomaz T. da. **A produção social da identidade e da diferença**. 2003. Disponível em: <http://www.diversidadeducainfantil.org.br/PDF/A%20produ%C3%A7%C3%A3o%20social%20da%20identidade%20e%20da%20diferen%C3%A7a%20-%20Tomaz%20Tadeu%20da%20Silva.pdf> . Acesso em: 22/02/2016.

TRINDADE, A. L. da (Org). **Multiculturalismo**: as mil e uma faces da escola. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.